

*Patrimônios em Unidades de
Conservação no Brasil:
reflexões necessárias*

*Patrimony in Brazilian Conservation
Units: necessary reflections*

Aline Vieira de Carvalho*
Isabela Backx**

Resumo: Este trabalho almeja levantar um debate sobre os processos de patrimonialização em Unidades de Conservação brasileiras, jogando luz sobre as problemáticas que envolveram as comunidades na criação do Parque Nacional da Serra da Capivara e as soluções apresentadas por seus gestores para contorná-las. Para isso, em um primeiro momento, são abordados os conceitos de patrimonialização, Unidades de Conservação e patrimônio cultural. Em seguida, apresenta-se uma discussão acerca do *status* de patrimônio em Unidades de Conservação brasileiras. Posteriormente, analisa-se o caso específico do Parque Nacional da Serra

Abstract: This paper aims to raise a debate about the patrimonialising processes among Brazilian Conservation Units, bringing clarity to the problems concerning the local communities on the creation of the Serra da Capivara National Park and the solutions presented by their managers to overcome them. For this purpose, this work initially addresses the concepts of patrimonialising processes, Conservation Units and cultural heritage. Alongside, a discussion is presented about the heritage status in the Brazilian Conservation Units. Subsequently, the specific case of the Serra da Capivara National Park is analyzed. At last, the complexity of the cultural and

* Pesquisadora Doutora – Núcleo de Estudos e Pesquisas Ambientais (Nepam/Unicamp) e dos Programas de Pós-graduação em História IFCH/Unicamp e Ambiente e Sociedade (Nepam/Unicamp). Universidade Estadual de Campinas. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da Fapesp. *E-mail:* alinenepam@gmail.com

** Doutora em História – Laboratório Interdisciplinar do Patrimônio, Ambiente e Comunidades (Lipac/Nepam/Unicamp). Universidade Estadual de Campinas – Unicamp. A pesquisa que resultou neste artigo contou com financiamento da Fapesp. *E-mail:* isabela.backx@gmail.com

da Capivara. Por último, demonstra-se a complexidade da gestão cultural e ambiental de um bem patrimonial, apontando para a importância de que essa gestão seja feita de forma ampla e inclusiva.

Palavras-chave: Patrimonialização. Unidades de Conservação. Comunidades.

environmental management of a heritage property is illustrated, pointing out the importance of this management to be inclusive and broad based.

Keyword: Patrimonialising. Conservation Units. Communities.

“Sem dinheiro para manutenção, Parque da Capivara está abandonado.

Abandono foi atestado pela arqueóloga Niède Guidon, gestora do parque.

Sem dinheiro para pagar salários, parque está sem segurança e manutenção”.¹

“Os tempos sombrios [...] não só não são novos, como não constituem uma raridade na história [...] mesmo no tempo mais sombrio temos o direito de esperar alguma iluminação” (ARENDE, 2008, p. 9)

Introdução

As ações que envolvem a definição do patrimônio, sua gestão e proteção têm ganhado cada vez mais espaço na sociedade atual, tanto nas esferas acadêmicas quanto em variadas comunidades rurais e urbanas. A justificativa pode dar-se em razão das rápidas transformações do mundo, a globalização e a transitoriedade das convicções, que muitas vezes levam à perda das referências identitárias e dos sentimentos de pertencimento a um grupo ou a uma tradição. Nesse contexto, o patrimônio, seja ele denominado como cultural ou natural, material ou imaterial, é capaz de restituir às coletividades e indivíduos referenciais de segurança e pertencimento.

Compreendido como o conjunto de bens composto por todas as expressões materiais e imateriais, que caracterizam uma nação, região ou comunidade, incluindo também a relação destas com o meio ambiente que as rodeia e que é afetado pela interação com o ser humano (Unesco, 2016), o patrimônio cultural² relaciona-se profundamente com as memórias e histórias de indivíduos e coletividades. As danças, comidas típicas, lendas e edificações de um povo são capazes de contar sua história e possuem a

capacidade de instigar sua memória, assim como a formação de identidades, por meio do desenvolvimento de uma consciência crítica sobre o mundo.

Nesse sentido, proteger e compartilhar adequadamente os bens patrimoniais tornam-se ações fundamentais para o bem-estar de uma sociedade. Com base nisso, o presente artigo apresenta uma análise sobre a patrimonialização de Unidades de Conservação brasileiras, dando especial atenção ao caso do Parque Nacional da Serra da Capivara e sua relação com a comunidade. A saber, uma Unidade de Conservação é um espaço territorial que possui características naturais e recursos ambientais relevantes, sendo por isso preservado pela legislação brasileira. Sua função é a de “assegurar a representatividade de amostras significativas e ecologicamente viáveis das diferentes populações, habitats e ecossistemas do território nacional e das águas jurisdicionais, preservando o patrimônio biológico existente”.³

Ao analisar a patrimonialização dessas Unidades, ou seja, o conjunto de mecanismos de estudo, salvaguarda, preservação, conservação e divulgação, que pode ser aplicado a um bem (material ou imaterial) que tenha reconhecida importância cultural e social para uma coletividade, é necessário levar em conta que esses processos, muitas vezes, têm objetivos e interesses divergentes entre si, e que podem levar a conflitos entre os diferentes sujeitos que usufruem e administram um bem patrimonial. Com base em tais premissas, este trabalho apresenta um debate sobre os projetos científicos e sociais, que vêm sendo realizados no Parque e o papel que a comunidade vem desempenhando nestes, desde a criação dessa Unidade de Conservação.

Patrimônios e Unidades de Conservação: Por que precisamos pensar sobre isso?

De forma geral, temos observado, na bibliografia acadêmica nacional e nos bancos de dados dos órgãos responsáveis pela gestão, tanto das Unidades de Conservação como dos Patrimônios Materiais e Imateriais (seja nas esferas Federal, Estadual ou Municipal), uma lacuna no que se refere aos cruzamentos de dados entre os patrimônios e essas áreas de preservação da natureza. Esses silenciamentos não são exclusivos de nosso tempo presente, mas parecem formar uma longa duração, que tem perdurado em nosso cenário cultural, cujos efeitos reais têm resultado no silenciamento de diferentes formas de expressão cultural, até o momento, não cartografadas e, assim, desmobilizadas em diferentes esferas de poder. (NETO, 2006, p. 51).

As Unidades de Conservação – que foram consolidadas no ano de 2000, mas que possuem uma historicidade anterior – são geralmente marcadas por conflitos entre os grupos humanos que ali residem e os gestores/legislação das próprias áreas. (SIMÕES; FERREIRA, 2010; SERRANO, 2005). Essas áreas de proteção foram implementadas com objetivos que variaram ao longo de nossa história, mas, de forma bastante geral, eram instauradas na tentativa de preservar e manter a diversidade biológica. Com o passar dos anos e, com as discussões políticas e acadêmicas acerca do desenvolvimento e da preservação, as características culturais passaram a gozar de alguma relevância nestas áreas. É bastante claro, todavia, que, no interior da lei que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC, 2000), as questões culturais ainda possuem pouca expressividade no cenário da preservação, quando comparadas com as questões classificadas como ecológicas.

Esta pouca expressividade das questões culturais, nas Unidades de Conservação, se torna evidente, quando investigamos as questões patrimoniais dentro dessas áreas: nos Planos de Manejo das UCs (quando há plano de manejo), as referências aos patrimônios materiais e imateriais são feitas de forma bastante sucinta e vinculadas exclusivamente às atividades turísticas que, potencialmente, poderiam ser realizadas na área. Muitas dessas menções são realizadas de forma a desconsiderar os saberes locais e mesmo os espaços de memórias constituídos pelas próprias comunidades, que têm sua existência relacionada às UCs. Nestes planos de manejo, não encontramos a percepção do patrimônio como atrelado às comunidades que atribuíram (ou atribuem) sentidos aos patrimônios mencionados. O patrimônio, portanto, assume apenas o *status* de ponto turístico para fruição pontual.

Por outro lado, quando analisamos os bancos de dados do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (Condephaat), não encontramos menção às Unidades de Conservação, mesmo havendo patrimônios que estão inseridos nessas UCs.

Notamos, neste contexto, que a valorização das interações entre os sistemas sociais e os sistemas naturais, bem como as análises sobre as consequências dessas interações para ambas as partes, por um longo período de tempo (CASTRO, 2007), estão um pouco distantes dos cenários das políticas públicas e de outras práticas culturais no Brasil contemporâneo.

O mapeamento dos cenários das políticas, sobre as áreas de proteção ambiental e das políticas patrimoniais no Brasil, apontam para a existência de um amplo debate institucional sobre possíveis categorias e gestões destes objetos. Todavia, os problemas ambientais, principalmente o desmatamento das florestas tropicais e as mudanças climáticas globais, aceleraram a criação dessas áreas de proteção (WRI/IUCN/UNEP, 1992; PHILLIPS et al., 2004; CHAPE et al., 2005), em especial nos países do Cone Sul, detentores da megadiversidade de espécies biológicas (MYERS et al., 2000), e mesmo o distanciamento entre as comunidades e seus patrimônios parecem dilemas difíceis de ser resolvidos.

Em uma pesquisa produzida em conjunto com pesquisadores da Unicamp, UFSCar, Ufam e da Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios, foi constatado que, no Brasil, têm-se as unidades de conservação (UCs) e um conjunto de tipologias com diferentes funções, missões e regras para a presença humana. (SNUC, 2000). E, assim como em vários países da América Latina, essas áreas de proteção ou UCs localizam-se em áreas já densamente ocupadas por uma diversidade de grupos humanos, formando a dita população de entorno (WEST et al., 2006; ADAMS; HUTTON, 2007). Além dos grupos humanos contemporâneos, muitas UCs contam com patrimônios classificados como *históricos* e *arqueológico, paisagístico e etnológico* (PELEGRINI et al., 2009), cuja proteção e gestão são fundamentais para as discussões sobre identidades e memórias regionais/locais, bem como suas relações com as nacionais (FUTEMMA et al., 2017). Apesar do peso das questões identitárias, não necessariamente os saberes locais e suas memórias ambientais são considerados para a criação e gestão do patrimônio.

A política de criação das áreas de proteção, contudo, não atingiu as expectativas das mudanças ambientais (como, por exemplo, a da redução da perda da biodiversidade) e, em muitos casos das regiões tropicais, pioraram os índices sociais de qualidade de vida da população local, não reduzindo a pobreza e mesmo aumentando os conflitos locais. Os patrimônios existentes na região, materiais ou imateriais – que poderiam ser trabalhados como elementos basilares para o desenvolvimento local (VARINE, 2012, p.18) – são ignorados pelas políticas públicas das UCs, estando circunscritos à tutela dos órgãos de preservação patrimonial nacional, estadual e municipal. A extrema setorização dos cuidados com o patrimônio e o distanciamento entre as políticas que os escolhem e os geram, frente às populações locais, determina as perdas dos sentidos culturais destes patrimônios e,

consequentemente, tornam esses patrimônios suscetíveis a diferentes degradações. Para se entender os motivos desse quadro indesejável, várias perguntas necessitam de respostas. (FUTEMMA et. al., 2017). O presente texto tem como objetivo traçar reflexões acerca desses dilemas, no caso da Serra da Capivara.

Parque Nacional da Serra da Capivara

O Parque Nacional da Serra da Capivara (PNSC) encontra-se localizado na região nordeste do Brasil, no estado do Piauí, onde ocupa uma área de aproximadamente 130.000 hectares dividida em alguns municípios da região, entre eles São Raimundo Nonato e Coronel José Dias. Criada em 5 de junho de 1979, por meio da publicação do Decreto 83.548,⁴ essa Unidade de Conservação foi então subordinada à administração do Instituto Brasileiro de Desenvolvimento Florestal (IBDF), hoje transformado no Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A criação desse Parque foi idealizada pela arqueóloga brasileira Niède Guidon, que dirigiu durante a década de 1970 uma equipe franco-brasileira de especialistas dedicados ao estudo dos sítios arqueológicos localizados na região da Serra da Capivara. Iniciados em 1973, tais estudos apontaram a existência de uma enorme quantidade desses sítios no local, dentre os quais podiam ser facilmente encontradas pinturas rupestres, assim como restos de cerâmica, artefatos de pedra polida e sepulturas. Em 1975, Guidon enviou uma carta a Dirceu Arcoverde, então governador do Piauí, expondo a situação e solicitando a criação de um Parque Nacional na área, pedido que foi reiterado em 1978, com a finalização dos trabalhos de campo e a elaboração de um relatório enviado ao governo brasileiro, no qual a equipe salientava a necessidade da preservação do local, devido à sua enorme riqueza cultural. (BACKX, 2013; PESSIS, 1994).

O Parque foi criado em 1979 e, sete anos depois, em 1986, uma parte do antigo grupo de pesquisadores da missão franco-brasileira criou a Fundação Museu do Homem Americano (Fumdhm), presidida por Guidon. Em 1988, a Fumdhm e o então IBDF ficaram responsáveis pela elaboração do plano de manejo do Parque Nacional da Serra da Capivara e, a partir de 1994, a gestão deste passou a ser dividida entre as duas organizações. (PESSIS, 1994, p. 6).

Reconhecendo a importância cultural da região, a Unesco inscreveu o parque na lista do Patrimônio Cultural da Humanidade em 1991. As pesquisas, levadas a cabo no local, têm trazido resultados importantíssimos para o estudo do povoamento do continente americano. Os estudos mais recentes realizados no sítio Boqueirão da Pedra Furada, um dos mais antigos do continente, apontaram que a ocupação humana na região remonta há mais de 20.000 anos (BOEDA et al., 2014), fornecendo dados e evidências que têm o potencial de questionar as antigas teorias de ocupação do continente. Além disso, considera-se atualmente que o local possui a maior concentração de sítios arqueológicos das Américas, contando com 1.354 sítios cadastrados, dos quais 183 encontram-se preparados para visitação turística.⁵

A importância em fornecer essa estrutura turística e em promovê-la, a atividade econômica significativa da região esteve presente desde a criação do PNSC. Em diversas ocasiões (ANDRADE; GUIDON, 2016; GUIDON, JORDAN; PINTO, 2005; PIVETTA, 2008), Guidon afirmou que o investimento no setor turístico seria a maneira ideal de tornar a Unidade de Conservação economicamente autossustentável, assim como o melhor modo de estimular a economia das comunidades localizadas no entorno da Serra da Capivara, cuja situação financeira é bastante precária. Tal objetivo encontra-se explícito também no plano de manejo do Parque, documento apresentado em 1994, no qual o fomento ao turismo figura ao lado da preservação ambiental e cultural, como os principais elementos que teriam levado à criação do PNSC.

Desse modo, a criação do Parque ocorreu não só com o objetivo de conservar a fauna e a flora da região – que abrangem uma grande diversidade de espécies vegetais e animais em extinção, como a onça preta, o tatu bola e o gato do mato⁶ –, mas também visando à conservação dos sítios arqueológicos e para instigar a atividade turística na região. Nesse sentido, a conjunção entre a riqueza cultural e ambiental da Serra da Capivara foi considerada com grande potencial para o desenvolvimento de um polo turístico não apenas nacional, mas também internacional.

Sendo assim, alguns anos após o estabelecimento do Parque, sobretudo a partir de 1987, diversas medidas de proteção ao meio ambiente e aos sítios arqueológicos começaram a ser empreendidas. Segundo seu Plano de Manejo, a estratégia de gestão se concentraria prioritariamente em restabelecer um equilíbrio entre o patrimônio cultural e a ecologia, relação que se encontraria bastante desgastada, devido à ação atual dos seres humanos,

já que a economia da região se concentrava principalmente na exploração dos recursos naturais da Serra e no desenvolvimento de lavouras, com a utilização de queimadas, processos devastadores ao local. (PESSIS, 1994).

Portanto, uma das primeiras ações empreendidas foi a delimitação das fronteiras do Parque e a desapropriação das terras pertencentes até então a comunidades que ali viviam, procedimentos iniciados em meados da década de 1980. Após a identificação das famílias que habitavam o local, iniciou-se a remoção destas da área, sendo que, para aquelas que foram reconhecidas como legalmente possuidoras de terras, que agora pertenciam ao parque, o IBDF (atualmente Ibama) deveria proporcionar uma indenização. A desapropriação das terras, iniciada em 1986, gerou diversos conflitos e ainda causa desentendimentos entre certas comunidades que habitavam o local e a administração do Parque. Para os arqueólogos Jaime de Oliveira e Jóina Borges (2015), grande parte desses conflitos é resultante de um processo que procurou delimitar a área do PNSC, sem levar em conta as condições sociais da região, a cultura das comunidades e seu consentimento.

Segundo esses autores, o PNSC teve sua criação inspirada no parque de *Yellowstone*, localizado nos Estados Unidos, e numa corrente de pensamento preservacionista-ambiental, que pregava a proteção da vida selvagem por meio da criação de santuários afastados dos seres humanos, os quais poderiam admirar a natureza apenas de longe. Tal foi o pensamento que guiou, no Brasil, a criação de muitas Unidades de Conservação, nas quais o ser humano foi compreendido como antagônico à natureza, e as comunidades foram expulsas de seus territórios, assim como da administração dos novos espaços de conservação.

No caso da criação do PNSC, dentre os diversos grupos atingidos, a comunidade de Zabelê foi uma das mais prejudicadas, já que era também uma das mais numerosas, contando com aproximadamente duzentos indivíduos na época da delimitação das terras do Parque. Quando as terras destes foram desapropriadas em 1988, uma grande insatisfação perpassou a comunidade, pois muitas das famílias não foram consideradas legalmente donas das terras – muitas delas eram constituídas de posseiros –, de modo que a estas não foi paga a indenização pelas terras. Quanto à que possuíam o documento de posse das terras, designou-se um valor muito baixo às suas propriedades, de modo que, obrigadas a sair de seus antigos territórios, muitas dessas famílias se alojaram nas imediações de São Raimundo Nonato, para as quais somente em 1997, dez anos após a desapropriação, foi construído um assentamento (OLIVEIRA; BORGES, 2015).

Diversas outras famílias que habitavam a área que hoje compõe o Parque passaram por situações semelhantes. Entre 1986 e 1987, 81 indenizações foram pagas, mas, a partir de então, os pagamentos se estenderam até meados da década de 2000, o que levou diversas famílias a ficarem sem qualquer fonte de renda, já que a atividade econômica até então desenvolvida pela maioria era a agricultura de autossustentação. Segundo Oliveira e Borges (2015), todos esses processos levaram a uma cisão entre os pesquisadores do Parque e alguns grupos da comunidade, os quais haviam sido essenciais no início dos estudos arqueológicos, ao fornecer seu conhecimento da região e estrutura para os primeiros estudiosos.

A proibição da caça, indispensável para a preservação do meio ambiente do PNSC, foi uma das medidas mais contestadas pela comunidade. Ao se verem privados de suas plantações e criações, muitos grupos dirigiam-se à Serra para caçar tamanduás e tatus, animais que eram abundantes na região. Quando surpreendidos pelos guardas do Parque, tiveram suas armas apreendidas, sendo presos ou obrigados a pagar uma pesada multa.

Os depoimentos de alguns membros dessas comunidades foram reunidos no documentário Capivara (2005), dirigido pela jornalista Karina Matos e vencedor do concurso Doc TV no Piauí. Uma análise dessa obra nos permite perceber que, para essas pessoas, o processo de criação do parque foi violento. Mesmo para aqueles que não foram expulsos de suas terras, a permanência nelas tornou-se inviável, devido à proibição da caça e das queimadas, utilizadas para preparar a terra antes da aragem. Desse modo, a maioria teve que abandonar suas plantações e também pequenas criações de animais domésticos, pois não possuíam um lugar para onde levá-los.

Tais episódios criaram nesses grupos um grande ressentimento pela criação do Parque, principalmente em relação à direção deste. Para essas pessoas, a relação com o PNSC é extremamente complicada e dolorosa, pois a criação deste significou efetivamente a desapropriação de seu patrimônio econômico e cultural. É importante lembrar que, ao abandonar suas terras, esses grupos, além de perderem suas casas e meios de sustento, foram também desapropriados de suportes de memória, perdendo importantes referências para elaborar sua própria história, seu sentimento de pertencimento ao mundo e, portanto, sua identidade.

Apesar dessas relações conflituosas, o Ibama e a Fumdhm têm desenvolvido em vários grupos da comunidade projetos de desenvolvimento econômico focados principalmente no turismo sustentável e em demonstrar à população a importância da preservação do meio ambiente, conforme programado no plano de manejo do Parque.

Nesse sentido, uma das primeiras iniciativas realizadas pela Fumdhm, na década de 1990, foi a criação de cinco Núcleos de Apoio à Comunidade (NACs), nos quais eram oferecidos ensino escolar a todas as faixas etárias, aulas de educação ambiental, assistência médica e cursos de capacitação profissionalizante. Estes últimos focavam-se em permitir que a população desenvolvesse outros meios de subsistência, que não envolvessem ações depredatórias ao meio ambiente, de modo que eram oferecidas aulas de bordado e pintura em madeira – objetivando a criação de *souvenirs* para o futuro mercado turístico –, além de cursos de apicultura e cerâmica artesanal. Esses dois últimos foram identificados como as atividades mais viáveis, o que levou a comunidade a criar cooperativas para investir nelas.

Ao mesmo tempo, a administração do PNSC investiu no desenvolvimento de uma estrutura física que comportasse e incentivasse a atividade turística na região, criando circuitos turísticos, adaptando diversos sítios arqueológicos para visitação (inclusive tornando alguns deles acessíveis para pessoas com dificuldades de locomoção), construindo trilhas, estradas, um centro de acolhimento aos visitantes e pressionado os Poderes Públicos para a criação de um aeroporto internacional na região, estratégia que facilitaria o acesso dos turistas. Além de todas essas ações, a Fumdhm criou, também na cidade de São Raimundo Nonato, o Museu do Homem Americano, construído no Centro Cultural Sérgio Motta, local onde se encontram as instalações da Fumdhm e onde também foram instalados um centro de estudos composto de uma biblioteca e quatro laboratórios arqueológicos (Laboratório de Material Lítico, de Material Cerâmico, de Vestígios Orgânicos e de Paleontologia), que abrigam mais de 920 mil peças arqueológicas.

O Museu do Homem Americano tem por objetivo difundir os resultados das pesquisas realizadas desde 1973 na região e “preservar as descobertas que fomentaram os novos paradigmas sobre o povoamento das Américas”. (Fumdhm, 1998). Sua exposição permanente foca-se em demonstrar ao visitante os antigos vestígios de ocupação humana da região do PNSC, sejam eles pinturas, artefatos ou esqueletos. Por meio de uma exposição

bastante atraente e que logra envolver o público, com a utilização de recursos de multimídia e interatividade, trava-se a comunicação entre este e os resultados de pesquisas científicas que procuram sustentar uma nova teoria sobre a migração do ser humano ao continente americano, afirmando que este teria chegado à América do Sul pelo oceano Atlântico e que a Serra da Capivara foi ocupada por grupos que penetraram, no interior do continente, há mais de cinquenta mil anos.

No entanto, é possível notar, em certos recursos expositivos, que há a produção de um discurso que exclui a importância das comunidades atuais como agentes da história do Parque. Numa das maiores vitrinas da exposição, intitulada “Cronologia Cultural do Parque Nacional Serra da Capivara”, a história da região é abordada por meio de diversos vestígios arqueológicos, que abordam a ocupação antiga do local até a chegada dos colonizadores europeus no século XVII, deixando de incluir nessa linha e, portanto, na história cronológica do Parque, as ocupações recentes e o protagonismo das comunidades atuais nele.

Tal discurso, aliado aos diversos conflitos resultantes da criação da Unidade de Conservação (desapropriação de terras, proibição das queimadas e da caça), levou a que certos grupos da comunidade se afastassem não só do museu, mas do projeto do Parque como um todo. Em um conjunto de entrevistas realizado com a população de Coronel José Dias entre 2010 e 2011, a arqueóloga Marian Rodrigues (2011) demonstra que, apesar de estarem familiarizados com os trabalhos sobre Arqueologia e patrimônio na região, a maioria da população desse município afirma nunca ter visitado o Museu do Homem Americano ou o Parque Nacional da Serra da Capivara. No entanto, grande parte dos entrevistados afirmou já ter visitado diversas vezes a Serra da Capivara, antes da criação do Parque, por motivos de lazer, econômicos ou porque habitavam o local.

Vale ressaltar também que o acesso ao Parque passou a ser muito mais difícil, devido ao elevado custo para sua visita. Para entrar no PNSC, paga-se um ingresso de R\$ 15,00, mas é necessário também dispor de um automóvel e estar acompanhado de um guia – normalmente um habitante da região –, cuja diária é atualmente de R\$ 150,00 para conduzir até oito pessoas. Assim, os custos de visita ao local se tornam elevados, principalmente em uma região onde a maioria da população sofre com a falta de recursos financeiros.

Sendo assim, o que se observa nessa comunidade é o desencadeamento de um processo de “desidentificação” dessa com seu patrimônio, o qual era antes conhecido e usufruído econômica e culturalmente, mas agora não é mais. Apesar de tratar-se do mesmo local, compreendemos que essas pessoas afirmam nunca haver estado lá, porque acabam diferenciando a Serra da Capivara de antes da criação do Parque, quando a compreendiam como seu patrimônio, com a Serra depois da criação deste. Nesse sentido, grande parte da população vincula o Parque à fruição dos turistas e ao desenvolvimento econômico da região por meio destes, mas não às suas próprias memórias e histórias.

Desse modo, os diversos projetos levados a cabo pela administração do PNSC na comunidade, os quais se focaram em educar e conscientizar a população, de acordo com aquilo que a administração considerava ideal, podem ter diminuído o protagonismo das comunidades, ao focarem-se no desenvolvimento de um polo voltado à fruição dos turistas, mas, ao mesmo tempo, restrito à comunidade.

Por último é necessário pontuar que a Fumdam passou ao longo desses anos por uma série de crises administrativas e financeiras, resultantes, em sua maioria, da falta de apoio e financiamento governamental. Os Nacs, por exemplo, apesar de conseguirem melhorar o ensino escolar na região e movimentar a economia de forma muito significativa, foram fechados em meados de 2000, quando as verbas necessárias para seu sustento passaram a ser administradas pelos governos dos municípios, onde se localizavam os núcleos. Após a extinção destes, a Fumdam criou o projeto Pró-Arte, que se foca em complementar o ensino escolar municipal por meio de atividades artísticas. No entanto, este teve suas atividades drasticamente reduzidas em 2010, devido à falta de recursos.

Atualmente, a Fumdam passa por uma grave crise financeira, e sua direção, ainda presidida por Guidon, afirmou, em agosto de 2016, que a organização se retiraria da administração do Parque, caso não recebesse os repasses do governo necessários ao mínimo funcionamento da Unidade de Conservação. Em contrapartida, estudiosos, como o arqueólogo Lennon Matos (2016), têm sustentado que a substituição do modelo de gestão atual por um que dependesse de uma verba menor, com a maior participação da comunidade e um menor investimento em estruturas de repressão à entrada desta no Parque, poderia resultar em um modelo autossustentável de cogestão comunitária; daí a população seria parte integrante da preservação, e o antagonismo ser humano *versus* natureza seria superado.

Assim, acreditamos que envolver as comunidades na gestão do PNSC e promover o seu protagonismo, na criação dos projetos de desenvolvimento econômico, é fundamental para que estas possam realmente fruir de seu patrimônio e voltar a compreendê-lo como tal. Além disso, tal estratégia parece ser adequada também para repensar o modelo de gestão financeira da Instituição, dando lugar a um novo tipo de administração, que possa instigar um equilíbrio não somente entre o meio ambiente e a ação antrópica, mas também entre os pesquisadores acadêmicos e a comunidade local.

Considerações finais

Ao longo deste trabalho, procuramos debater o processo de patrimonialização nas Unidades de Conservação brasileiras, dando especial atenção ao caso do Parque Nacional da Serra da Capivara e a alguns traços do complexo relacionamento entre este e sua comunidade. Assim, foi possível visualizar que, desde a criação do Parque, a administração deste se empenhou na elaboração de projetos sociais pautados no turismo sustentável, buscando com isso instigar o desenvolvimento econômico de uma das regiões mais pobres do Brasil.

Tais projetos se focaram em fornecer à população cursos de capacitação e educação ambiental, que permitissem a esta desenvolver meios de sustento não depredatórios ao meio ambiente, sendo acompanhados pela instalação de escolas, de saneamento básico e de diversas outras melhorias que lograram aumentar a qualidade de vida de grande parte dos habitantes da região. No entanto, o processo de criação do Parque e algumas de suas orientações administrativas, como o alto preço cobrado para a visitação deste, levaram a um afastamento das comunidades locais desse patrimônio, dificultando que estas fruam o Parque e fazendo com que o seu papel fique muitas vezes restrito ao fornecimento de serviços para os turistas.

Sendo assim, é importante assinalar que um plano de incentivo turístico a um patrimônio cultural pode funcionar como motor para impulsionar o desenvolvimento econômico da comunidade, a criação de oportunidades de emprego e de renda para esta, mas deve também permitir o fortalecimento das identidades e a transformação não só econômica, mas também social dos grupos locais. Ao recordarmos que o patrimônio tem papel fundamental na produção das memórias, das subjetividades e, portanto, na elaboração dos sentimentos de pertencimento e das visões de mundo, percebemos que tem vital importância que a administração de um bem patrimonial seja

feita desde o início de maneira inclusiva, por meio da participação das comunidades locais, as mais influenciadas pelas políticas de preservação desse patrimônio.

Nesse sentido, o manual de referência para gestão do patrimônio mundial cultural, adotado atualmente pela Unesco (2016) salienta a importância de que os bens patrimoniais sejam geridos em parceria com o máximo de sujeitos interessados, de maneira que os contextos físicos e sociais desse bem possam ser identificados de modo mais amplo. Assim, assinala novos paradigmas a serem adotados nas áreas protegidas, dentre os quais podemos citar:

- a substituição de uma gestão voltada para os visitantes e turistas por uma que leve em consideração os povos locais;
- o abandono da gestão realizada exclusivamente por cientistas e especialistas e lideradas por estes, substituindo-a por uma constituída de indivíduos de múltiplas habilidades e com a contribuição do conhecimento local;
- a substituição da gestão que considerava as áreas preservadas como “ilhas”, passando a compreendê-las como “redes”.

Assim, salienta-se a importância cada vez maior de uma abordagem “*ampla e inclusiva da gestão do patrimônio*”, que tenha como ênfase maior participação comunitária. (Unesco, 2016, p. 19).

Com base nos estudos do sociólogo Boaventura de Souza Santos (2007), acreditamos que essa valorização dos conhecimentos locais é necessária para alcançar a justiça social global, por meio do desenvolvimento de uma Ecologia de Saberes. Para esse estudioso, os conhecimentos populares, indígenas e camponeses, produzidos nos países colonizados, foram sistematicamente desconsiderados do campo da ciência, sendo classificados como magia, superstição ou crenças, de modo a fazerem parte de um projeto maior que buscava justificar a colonização européia, por meio da afirmação da suposta superioridade intelectual das metrópoles. A linha abissal que separou esses conhecimentos das colônias, considerados fora do campo científico, daqueles denominados científicos, ou seja, os produzidos pelas metrópoles, subsiste estruturalmente e é constitutiva das relações culturais e excludentes travadas na sociedade contemporânea.

Nesse sentido, para alcançar uma justiça social, na qual as comunidades locais possam participar ativamente da gestão dos bens patrimoniais e articulá-los adequadamente na formação de suas identidades e visões de mundo, é necessário, antes de mais nada, alcançar uma justiça cognitiva, na qual os conhecimentos populares, indígenas e todos aqueles considerados não científicos sejam valorizados e considerados igualmente importantes àqueles produzidos nas academias e nos meios científicos. Como afirma Santos (2007), é necessário desenvolver um movimento contrário ao pensamento abissal, o que deve ser feito por meio da tomada de consciência de que o pensamento ocidental não basta para compreender o mundo, empenhando-se pela produção de um novo tipo de conhecimento, no qual os saberes das comunidades encontrem-se no mesmo nível dos científicos. Misturados, ambos saberes podem produzir um terceiro tipo de conhecimento, híbrido como o mundo globalizado. Em outras palavras, uma Ecologia de Saberes.

Acreditamos que a gestão dos patrimônios culturais, baseada nessa Ecologia de Saberes, daria lugar a projetos de empoderamento e inclusão social, permitindo que os grupos locais se tornassem protagonistas na administração desses bens. Assim, a gestão do patrimônio cultural pode lograr o desenvolvimento das comunidades, fortalecer sua identidade cultural e promover reflexões que levem a uma transformação social e econômica, impulsionando a tão almejada justiça social.

Notas

¹Disponível em: <<http://g1.globo.com/pi/piaui/noticia/2016/08/sem-dinheiro-para-manutencao-parque-da-capivara-esta-abandonado.html>>. Acesso em: 5 jul. 2018.

² A natureza não constitui nenhuma oposição ao conceito de cultura e, neste sentido, não está deslocada (ou fora) da sociedade. A existência do “natural” está atrelado ao cultural; em uma relação indissociável e complexa (Paes-Luchiari, 2007; Latour; Schwartz e Charvolin: 1998). Essa complexidade também se estende para os próprios conceitos de patrimônio, arbitrariamente denominados como natural e/ou cultural.

³Retirado do *site* do Ministério do Meio Ambiente. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/areas-protegidas/unidades-de-conservacao/o-que-sao>>. Acesso em: 12 mar. 2018.

⁴ Disponível em: <http://www.icmbio.gov.br/portal/images/stories/imgs-unidades-coservacao/portarias/Decreto_Cria%20C3%A7%C3%A3o_Parna_Serra_da_Capivara_PI.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2018.

⁵ Disponível em: <<http://www.fumdham.org.br/visite>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

⁶ Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/portal/unidadesdeconservacao/biomas-brasileiros/caatinga/unidades-de-conservacao-caatinga/2130>>. Acesso em: 18 mar. 2018.

Referências

ADAMS, W.; HUTTON, J. People, Parks and poverty: political ecology and biodiversity conservation. *Conservation and Society*, v. 5, n. 2, p. 147-183, 2007.

ANDRADE, S.; GUIDON, N. O primitivo tempo em que vivemos. *Revestrés*. Teresina, 26 abril 2016. Disponível em: <<http://www.revistarevestres.com.br/entrevista/2962/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.

ARENDDT, H. *Homens em tempos sombrios*. São Paulo: Companhia de Bolso, 2008.

BACKX, I. *Paul Rivet e Paulo Duarte: discursos sobre humanismo e arqueologia no Brasil*. 2013. Dissertação (Mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2013.

BOEDA, E. et al. A new late Pleistocene archaeological sequence in South America/: the Vale da Pedra Furada (Piauí, Brazil). *Antiquity*, Durham, v. 88, n. 341, p. 927-955, 2014.

- CASTRO, G. Notas sobre historia ambiental y desarrollo sostenible. *Peripecias*, n. 71, 2007.
- CHAPE, S. et al. Measuring the extent and effectiveness of protected areas as an indicator for meeting global biodiversity targets. *Philosophical Transactions of the Royal Society of London, Series B, Biological Sciences*, v. 360, n.1.454, p. 443-55, 2005.
- FUMDHAM. *Portfolio FUMDHAM*. São Raimundo Nonato, 1998.
- FUTEMMA, C. et al. Dimensões humanas das mudanças ambientais e climáticas em áreas protegidas. In: FERREIRA, L. C. et al. (Org.). *Clima de tensão: ação humana, biodiversidade e mudanças climáticas*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2017. (Coleção Unicamp 50 anos).
- GUIDON, N.; JORDAN, D.; PINTO, M. Entrevista exclusiva: Niède Guidon. *Ambiente Brasil*. 13 nov. 2005. Disponível em: <<http://noticias.ambientebrasil.com.br/entrevistas/2005/11/13/21674-entrevista-exclusiva-niede-guidon.html>>. Acesso em: 2 fev. 2017.
- LATOURE, B.; SCHWARTZ, C.; CHARVOLIN, F. Crise dos meios ambientes: desafios às ciências humanas. In: ARAUJO, H. R. (Org.). *Tecnologia e cultura, ensaios sobre o tempo presente*. São Paulo: Estação liberdade, 1998. p. 91-125.
- MATOS, K. *Capivara*. DocTv. Distribuição Log On. 1 DVD (55 min), son., col., 2005.
- MATOS, L. O. O passado presente: reflexões sobre a gestão do Parque Nacional Serra da Capivara. *Entrecultura*, Teresina, 30 ago. 2016. Disponível em: <<http://entrecultura.com.br/2016/08/30/o-passado-presente-reflexoes-sobre-a-gestao-do-parque-nacional-serra-da-capivara/>>. Acesso em: 13 mar. 2017.
- MYERS, N. et al. Biodiversity hotspots for conservation priorities. *Nature*, v. 403, n. 6772, p. 853-858, 2000.
- NETO, T. Cartografia, território e poder: dimensão técnica e política na utilização de mapas. *Boletim Goiano de Geografia*, v. 26, n. 2, p. 49-69, 2006.
- OLIVEIRA, J. de S.; BORGES, J. F. Sociedade, arqueologia e patrimônio: as relações de pertencimento da Comunidade Zabelê com a área arqueológica do Parque Nacional Serra da Capivara (PNSC). *História Unicap*, v. 2, n. 3, p. 108-121, 2015.
- PAES-LUCHIARI, M. T. Turismo e patrimônio natural no uso do território. In: PAES-LUCHIARI, M. T.; BRUHNS, H. T.; SERRANO, C. (Org.). *Patrimônio, natureza e cultura*. Campinas, SP: Papirus, 2007.
- PELEGRINI, S.; FUNARI, P. P.; RAMBELLI, G. *Patrimônio cultural e ambiental: questões legais e conceituais*. São Paulo: Annablume; Fapesp; Nepam, 2009.
- PHILLIPS, A. et al. *Speaking a common language: uses and performance of the IUCN system of management categories for protected areas*. Union Internationale pour la Conservation de la Nature et de ses Ressources, Switzerland, 2004.
- PIVETTA, M. Niède Guidon – arqueóloga diz que o Homo Sapiens já estava no Piauí há 100 mil anos. *Pesquisa Fapesp*, São Paulo, abril 2008. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2008/12/01/niede-guidon/>>. Acesso em: 13 mar. 2018.
- PESSIS, A. (Coord.). *Plano de manejo: Parque Nacional Serra da Capivara*. Brasília: Secretaria do Meio Ambiente da Presidência da República, Ibama, Fumdhm, 1994.

- RODRIGUES, M. H. da S. G. *Parque Nacional Serra da Capivara e comunidade: educação, preservação e fruição social: um estudo de caso em Coronel José Dias, Piauí*. Tomar, Portugal. 2011. Dissertação (Mestrado) – Instituto Politécnico de Tomar – Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2011.
- SANTOS, B. de S. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. *Novos Estudos – CEBRAP*, n. 79, p. 1-55, 2007.
- SERRANO, C. M. T. A vida e os parques: proteção ambiental, turismo e conflitos de legitimidade em Unidades de Conservação. In: SERRANO, C.M.T.; BRUHNS, H.T. (Org.). *Viagens à natureza: turismo, cultura e ambiente*. Campinas: Papyrus, 2005.
- SIMÕES, E.; FERREIRA, L. O dilema de populações humanas em parques: gestão integrada entre técnicos e residentes no Núcleo Picinguaba. In: ENCONTRO NACIONAL DA ANPPAS, 5, 2010, Florianópolis. *Anais...* Florianópolis, 2010.
- UNESCO. *Gestão do património mundial cultural*. Brasília: Unesco Brasil; Iphan, 2016.
- VARINE, H. *As raízes do futuro: o património a serviço do desenvolvimento local*. Porto Alegre: Medianiz, 2012.
- WEST, P.; IGOE, J.; BROCKINGTON, D. Parks and Peoples: the social impact of protected areas. *Annual Review of Anthropology*, v. 35, n. 1, p. 251-277, 2005.
- WRI/IUCN/UNEP. *Global biodiversity strategies*. Washington, DC., EUA, 1992.